

**Ata N.º 1/2016**

----Pelos 15 horas, do dia 20 de fevereiro de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, Manuel Medeiros Morais Silva, António da Rosa Marques, Fábio Miguel Florindo Gomes, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Júlio Delgado Cabeça, Helena Porfírio Tapadas, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Carlos Chambel Lopes, Martina Marcelino Jesus, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos e Paulo Manuel Alfaiate Pires. -----

Esteve ausente a deputada municipal Maria Hermínia Louro tendo requerido antecipadamente a sua substituição.-----

Foi substituída por António José Estevinha. -----

Registou-se a ausência do deputado municipal, Carlos Manuel Godinho G. Arês, que não requereu a respetiva substituição. -----

Não compareceu também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Margem, José Manuel Praia Neves, tendo sido substituído nos termos legalmente definidos pela secretária da Junta de Freguesia de Margem, Marisa Isabel Martins Gonçalves. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Severino e Jorge Santos. ---

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram o **ponto seis da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ----

Referiu que se registaram alguns problemas no envio da documentação, mas salientou que a Mesa da Assembleia funciona como plataforma no envio dos documentos e que nem sempre é possível remeter a documentação com a antecedência pretendida. Informou que será feito um esforço para remeter a documentação com mais tempo para análise. Salientou o importante alerta feito pelo deputado Fábio Gomes, que informou a mesa dos problemas na receção dos documentos. Pediu aos membros para confirmarem sempre a receção dos documentos, enviados por email. -----

A seguir, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Manuel Morais, Helena Tapadas e António Estevinha, por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os assuntos que seleccionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. -----

Na ata da reunião realizada em **6 de janeiro de 2016**, salientou o apoio financeiro concedido pela Câmara Municipal ao Centro Social dos Bombeiros Municipais de Gavião. Referiu que se trata de um apoio cíclico, indispensável para assegurar a operacionalidade dos Bombeiros Municipais. É uma aposta importante do Orçamento Municipal. -----

Sublinhou também o apoio financeiro atribuído ao Grupo de Cantares “Terras de Guidintesta”, para apoio à sua participação na “Europeade 2016”, que irá decorrer na Bélgica. -----

Evidenciou ainda as “tomadas de posição” acerca da temática de poluição no rio Tejo. É uma situação preocupante, que todos temos acompanhado. Começou por ser uma questão local, passou a ser nacional e, atualmente, é uma questão internacional, que mereceu a visita de uma Eurodeputada.

De seguida, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que prestasse esclarecimentos sobre este assunto e focou três aspetos positivos: -----

- O atual Governo diagnosticou esta situação; -----
- Foi criada uma Comissão de Acompanhamento, onde também devemos estar representados; -----
- O Município de Gavião não deve ter problemas de consciência, pois construímos diversas ETAR's, para minorizar estes problemas de drenagem de Águas Residuais no rio Tejo. E nem todos os municípios da região estão nessa posição. -----

Na ata de **20 de janeiro de 2016**, salientou a referência recorrente à temática do pedido de reembolso de IVA, formalizado pela Câmara Municipal de Gavião, no terceiro trimestre de 2012, que desencadeou uma ação inspetiva aos exercícios económicos de 2009 a 2012. Questionou que procedimentos de movimentação contabilística, entre o pedido e a receita efetivamente arrecadada, foram desenvolvidos em 2014 e 2015. Que impactos ocorreram na tesouraria da Câmara Municipal de Gavião? Em que medida as disponibilidades da Câmara foram afetadas? -----

Referiu ainda que o Anuário Financeiro da OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, com o patrocínio do Tribunal de Contas é uma análise competente e independente às finanças municipais. E deverá ser um instrumento a considerar na Gestão Municipal. O Anuário relativo às Contas de 2013 foi suficientemente discutido. Questionou se o senhor Presidente da Câmara pensa fazer o mesmo relativamente às Contas de 2014. -----

Salientou o apoio que a Câmara Municipal vai atribuir à Santa Casa da Misericórdia. Considera de extrema importância o apoio às IPSS. -----

Evidenciou o apoio financeiro concedido ao "Orfeão da Comenda – Estrela da Planície", para a concretização do seu Plano de Atividades. Destacando o intercâmbio com o Grupo dos Açores. -----

Por último, constatando nesta ata a referência à intervenção de um vereador que refere a escassez de bocas-de-incêndio na Vila de Belver, e

a necessidade das viaturas dos bombeiros fazerem o abastecimento no Almal. Pediu ao senhor Presidente da Câmara, que determine aos serviços técnicos que façam o levantamento dessa situação, pois gostaria de aceder a essa informação. -----

De seguida, questionou se os deputados municipais tinham questões a colocar. -----

Pedi a palavra o senhor primeiro-secretário, para intervenção na qualidade de deputado, cumprimentando os presentes, informando que pretende efetuar exposição com base na questão levantada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em matéria de IVA e, após leitura da ata de reunião de Câmara de 20/01/2016, ata nº 2/2016. Assim informou que na qualidade de deputado municipal do PS, deseja apresentar aos presentes a cronologia dos acontecimentos em matéria do reembolso do Iva, que durante estes dois anos mereceram diversas intervenções nas Assembleias Municipais. Afirmou que a apresentação é da sua inteira e exclusiva responsabilidade, independentemente da opinião que o grupo municipal do PS tome como sua, assumindo esta responsabilidade individualmente, e que antes da apresentação, importa lembrar os fatos cronologicamente, começando a explicar:-----

Em setembro de 2012, foi solicitado um reembolso de Iva, sendo o Município um sujeito passivo deste imposto, no montante de cerca de 1300000 euros, pedido este que originou ato inspetivo, de acordo com o relatório que tenho em minha posse, datado de 6/12/2013, e que em resumo importa ler (procedendo à sua leitura, de forma resumida, focando os pontos essenciais), esclarecendo que de acordo com estes dados, importa agora e cronologicamente esclarecer:-----

*“Na Assembleia nº 2 deste mandato, de 9/11/2013, eu próprio, apresentei uma síntese humilde das contas da autarquia à data de 18/10/2013, que passo a ler, em resumo tendo lido a parte da ata respetiva) -----*

*A informação dada por mim nesta data, foi baseada nos balancetes da Autarquia e os deputados municipais foram verdadeiramente informados*

*de um valor estimativo real em matéria de Iva, ao Invés do valor contabilizado. A verdade surge desde cedo aos deputados municipais, com transparência e humildade. Não se falou nesta data e poderão analisar a ata, em grandes ativos ou montantes de cerca de €1300000,00 a haver do estado, falou-se já nesta data em cerca de €206000,00. Pela primeira vez houve prudência na informação prestada.-----*

*Em 22/2/2014, na Assembleia Municipal nº1/2014, os senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia voltaram a dar esclarecimentos sobre o assunto (Lendo a parte da ata em questão) -----*

*Em 26/04/2014, na Assembleia nº 2/2014, o Deputado Carlos Arez solicita esclarecimentos (que passou a ler), e obteve resposta do Sr. Presidente da Câmara, que passou a ler, da referida ata.-----*

*Nesta mesma Assembleia, a deputada Hermínia Louro interveio, para apresentar a tomada de posição do PS à prestação de contas de 2013 e refere-se mais uma vez de forma verdadeira e humilde ao valor de IVA real a receber nesta data e de imediato.-----*

*Na Assembleia nº 2/2015, de 18/4/2015, volta-se a dar explicação ao tema, a propósito do relatório do Revisor Oficial de Contas, com questões técnicas muito bem colocadas pelo deputado Carlos Chambel do grupo parlamentar do PSD, intervenções positivas, e o deputado Carlos Arez fala em estimativa de IVA (foi lido resumo das intervenções da ata).-----*

*De acordo com estes fatos e já tendo informação suficiente, passou a ler a parte da ata da reunião de camara de 20/01/2016, informando a Assembleia, de acordo com sua análise e conhecimentos da matéria:-----*

*Foram de forma humilde e não detalhada nem precisa, por serem muito técnicas, dadas explicações sucessivas acerca do Reembolso do IVA ao longo de um longo período de tempo, quer por parte do Sr. Presidente da Câmara, quer por parte do anterior, atual Presidente da Assembleia, matérias estas cujas explicações teriam que ser de índole profissional e não meramente políticas, mas o fato de as terem dado significa que estão tranquilos e não pretenderam esconder buracos ou falsear resultados.*

*Nunca o Partido socialista procurou iludir ninguém sobre esta matéria, tendo sido dados os esclarecimentos solicitados, mas mesmo assim, pode o senhor Presidente da Câmara pedir os esclarecimentos aos serviços técnicos do Município e apresentar relatório se assim o entender, sendo apenas uma opinião.-----*

*A questão em torno desta matéria é só técnica e não Política, mas o Vereador Paulo Matos, na intervenção vergonhosa que faz nesta reunião de Câmara, está a querer transformar um problema meramente técnico num grave problema político, com ofensas à integralidade e ética dos visados, ao querer deixar transparecer nas suas palavras que afinal as contas da autarquia deixadas pelo anterior executivo não são reais e que afinal deixou um buraco na Câmara de 1 milhão de euros, devido a Iva e património, usando expressões como “arquitetura financeira” e “estimativa exagerada”, constituindo a sua intervenção uma pura difamação pessoal, injuriosa e sujeita a consequências jurídicas, afirmações feitas em Reunião de Câmara e transpostas para o blogue e facebook.-----*

*Em 2012 e não no ano das eleições, foi solicitado reembolso pelo anterior presidente da Câmara, e muito bem, pelos valores que constavam dos mapas oficiais contabilísticos, à data de setembro de 2012 e acumulados desde 2009, valores estes que elevados, não quis com certeza deixar em aberto para o atual executivo, quer pela positiva, quer pela negativa, solicitando o reembolso que se veio a traduzir numa entrada real monetária, mas de montantes inferiores aos que constavam das demonstrações financeiras, e não estimados, como se alude em intervenções, tendo-se de forma até educativa e Auto regularizadora, com este pedido, sujeitado a uma inspeção, com o trabalho e riscos que daí advém. A inspeção dita o problema do Iva, que é técnico, apenas, como se depreende do relatório cujas conclusões leu aos presentes. -----*

*Sendo o Município um sujeito passivo de IVA, misto, cobra e paga Iva, tal como presta serviços Isentos e não pode deduzir verbas afetas aos serviços isentos. Mediante os dados que o anterior presidente dispunha*

*posso afirmar que o pedido de reembolso foi oportuno, e caso não tivesse sido pedido nesta data o Município teria contabilizado possivelmente no seu ativo um montante em crédito superior a €2000000,00 e a haver hoje uma inspeção, de acordo com as taxas de juro que o Estado pratica, aquilo que após inspeção se revelou num recebimento de cerca de € 300000,00, nesta data o Município teria que pagar possivelmente uma verba a rondar os €200000,00, devido aos acertos que houve, caso não tivesse pedido o reembolso. Oportuno, não comprometeu o atual presidente e o Município com a decisão assertiva que demonstrou, ao contrário do que tentam contrariar sem o mínimo de estudo da matéria”.-----*

Após esta sua análise e explicação, o deputado João Valério, não obstante a ausência do Vereador Paulo Matos na Assembleia, que lamenta, e devido à gravidade do assunto solicita ao próprio Vereador resposta às questões que passa a colocar, em sede de Assembleia Municipal:-----

*“Sr. Vereador Paulo Matos, gostava que explicasse nesta assembleia a teoria do buraco de um milhão de euros em matéria de IVA, explicando com que bases é que chega a esta triste e vergonhosa afirmação transposta para uma reunião de Câmara; -----*

*Após a anterior cronologia de acontecimentos, gostava que me explicasse o porquê de só agora ter resolvido evidenciar esta vergonhosa conclusão, pois, de 2009 a 2012, período a que diz respeito, o senhor tem responsabilidades como vereador e sendo licenciado em gestão, esteve 4 anos sem ler balancetes da Autarquia? Nunca viu nos balancetes os montantes de iva em crédito? Não constatou uma evidência clara da contabilidade, que deve ser real e transparente? Queria não pedir reembolso e deixar o crédito eternamente na camara, bem ou mal contabilizado? O senhor pertence e pertenceu ao executivo. Porque agora? Será para continuar a denegrir a imagem do anterior Presidente da Câmara? Será para tentar, e não vai conseguir, criar mau estar entre o Partido Socialista? A sua intervenção na reunião de camara merece resposta, avisando-o desde já que vai responder a um órgão deliberativo*

*e fiscalizador do órgão executivo, no qual o senhor se inclui e a sua ação é também ela alvo de reflexão. -----*

*Parece-me que o senhor vereador tem uma obsessão pelo anterior presidente da Câmara, parecendo já um fetiche político.-----*

*Porquê agora? O que é que acrescentou em mais-valia neste mandato ao Município? Que responsabilidade é a sua no atual mandato, a não ser denegrir a imagem do anterior Presidente da Câmara?-----*

*Os seus eleitores esperam de si que trabalhe no atual mandato. O que já fez ou propôs sem ser esta novela? O senhor Vereador é novo.-----*

*Porque agora? Aproveitou o excesso de informação já sintetizada pelos deputados do PS nestas matérias, ao longo destes 2 anos, para não ter trabalho a ler balancetes? Chama-se transparência e rigor Sr. Vereador.*

*Fizemos a papinha ao senhor vereador foi? Com esta dinâmica dos deputados do PS, a informação em excesso fez-lhe mal?-----*

*São estas respostas que gostava de ouvir do Sr. Vereador, para já, mas também informo-o e aconselho-o a que quando referir o meu nome em atas da camara municipal, tenha cuidado, pois eu respeito todos e não gosto de ser gozado, muito menos em público. -----*

*Quando quiser fazer alusões as minhas análises e citações, previamente tem que fazer referência aos períodos a que respeitam, perdendo um pouco mais de tempo a escrever, informando do contexto e anos a que as análises reportam, para não baralhar os seus eleitores. Eu falei do anuário de 2013 e o Sr. Vereador está a reportar-se a 2014. E informo que todas as minhas informações foram suportadas por elementos contabilísticos, não são de cor”.-----*

*Para terminar o Deputado João Valério referiu que interveio na assembleia como Político e não técnico e gostava de ver esta situação esclarecida de uma vez por todas.-----*

*Não havendo mais questões colocadas pelos deputados municipais, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que cumprimentou todos os presentes e prestou os seguintes esclarecimentos: -----*



A poluição no rio Tejo já se vem sentindo há algum tempo. No dia 10 de maio de 2015, deslocou-se ao Almal com o Encarregado Municipal e viram muitos peixes mortos na água, que estava preta. De imediato, ligaram ao SEPNA-GNR e à Agência Portuguesa de Ambiente. Comunicou também a todas as Câmaras Municipais da região, com ligação ao Tejo, via email. Desde então ocorreram diversas iniciativas, mas não foi uma prioridade a utilização das redes sociais. Foi solicitada audiência, ao anterior Ministro do Ambiente. E na reunião da CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, foi apresentado o assunto em conjunto com a Câmara Municipal de Nisa. Já com o atual Governo, a Comissão Parlamentar de Ambiente, ouviu os autarcas sobre este assunto. A Câmara Municipal de Gavião tomou conhecimento da existência de uma Comissão de Acompanhamento, que não integrava os Municípios de Gavião e Nisa. Foi solicitado ao senhor Secretário de Estado que explicasse o facto destes Municípios ou a CIMAA não integrarem a Comissão. Tendo sido esclarecido que a criação da Comissão teve por base um pedido de audiência da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e por isso a CIMAA não integrava a Comissão. Tal situação foi corrigida e a CIMAA foi integrada, sendo o Município de Gavião o representante. Informou que também foi ouvido na Comissão Parlamentar, tal como os autarcas de Abrantes, Constância, Mação, Nisa, Vila Velha de Ródão e Castelo Branco. Na sua intervenção apresentou imagens e pensa que a sua mensagem foi elucidativa. N final, entregou ao Presidente da Comissão, uma pen com cópia das imagens. Verificou, nessa audiência, que existem duas posições distintas dos Municípios: Vila Velha, Castelo Branco, Abrantes e Constância estão preocupados com a indústria e as restantes com o meio ambiente. Mação também tem alguns problemas com as ETAR's. Tal como o senhor Presidente da Assembleia referiu, nós não temos nenhum problema de consciência com as ETAR's que construímos. Afirmou que também não é a favor do encerramento das fábricas, mas considera que as águas residuais têm de ser tratadas antes

de entrarem no Rio. Este é um problema que ultrapassa as Câmaras Municipais. Tem informação que as empresas CELTEJO e CENTROLIVA têm 30 dias para resolver os problemas. Considera que o próprio Quadro Comunitário podia apoiar o investimento em sistemas de tratamento. Tem a certeza que, se não se agir hoje, dentro de pouco tempo não teremos Tejo. Este problema agrava-se com os transvases feitos em Espanha. Ainda esta semana saiu mais uma notícia sobre este facto. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara passou para a questão do IVA, salientando que está "farto" desta questão e lamenta que o senhor vereador Paulo Matos tenha voltado a referir este assunto. Informou que no dia 19 de outubro de 2013 reuniu com o anterior presidente e não lhe foi dito que iria receber 1 milhão e 300 mil euros. Nem o anterior Presidente lhe pediu para que ficasse escrito que a Câmara Municipal de Gavião tem um património avultado. Os técnicos emitiram documentação sobre este processo, que sempre foi tratado com toda a clareza. No IVA não há estimativas. O inspetor de Finanças que fez a inspeção teve acesso a toda a documentação necessária. Ainda recentemente voltou à Câmara Municipal de Gavião, porque voltámos a pedir um reembolso no valor de cerca de 200 mil euros. Quando ocorrer a Inspeção, será analisado "ponto por ponto" e, possivelmente, não receberemos nem metade. Do anterior pedido de reembolso já recebemos cerca de 130 mil euros. Pensa que por razões orçamentais, ainda não pagaram o restante. Brevemente reunirá com o Diretor Distrital de Finanças, para tratar deste pedido de reembolso apresentado e do pagamento do valor a receber do anterior reembolso. Por entendimento entre os Serviços Municipais e a Direção de Finanças, o valor reembolsado entrou na Conta 59. O impacto deste valor é muito positivo. Se fosse para pagar, não seria bom, mas não seria por isso que consideraria o desempenho do anterior executivo mau. Não devemos temer as inspeções. O Presidente da Câmara não é um Técnico Oficial de Contas. Apenas sabe ler os documentos que os Técnicos emitem. Ninguém iludiu o atual executivo, dizendo que havia 1 milhão e 300 mil

✓ Juc /  
P.

euros para receber. No anterior mandato era membro da Assembleia Municipal e nada disso foi dito. Sempre se disse que haveria um valor a receber, mas também a pagar. Pensa que os esclarecimentos do Dr. João Valério foram importantes e agora deve ser definitivamente encerrado este assunto. Tem orgulho no legado do anterior executivo. E tal como o executivo anterior, quer ter as contas em dia, com rigor e transparência para apresentar à Assembleia Municipal. Considera que estas "politiuques" não levam a lado nenhum e este assunto deve ser definitivamente encerrado. -----

Em relação ao Anuário Financeiro da OTOC, trata-se de um documento elaborado por técnicos credenciados e não há manipulação de dados. Infelizmente, na edição publicada recentemente, alguns municípios com pouca saúde financeira integram os 30 primeiros lugares, mesmo que tenham recorrido ao crédito ou tenham recebido apoios. Se o Município de Gavião, fizer um empréstimo no próximo ano, também verá as receitas aumentarem. Considerando importante que nos reconheçam o mérito, esse reconhecimento não é a sua principal preocupação. A sua principal preocupação é suprir as necessidades das pessoas do concelho. E manter uma gestão transparente e idónea. -----

Relativamente ao merecido apoio concedido às IPSS, importa antes de mais reconhecer que são estruturas indispensáveis pelo apoio social às crianças e idosos, mas também por serem os maiores empregadores do concelho. Saliu que todos os dirigentes das IPSS são voluntários, que dão o seu tempo em prol dos outros. -----

Quanto à questão relacionada com as bocas-de-incêndio em Belver, vai determinar aos serviços municipais para prestarem essa informação. Obviamente que, quando houver um incêndio em Belver, as viaturas não terão de abastecer no Alamal. Abastecerão na charca de Domingos da Vinha, junto à A23. Mas se tiverem de vir ao Alamal, também não é assim tão longe. Atempadamente, fará chegar ao senhor Presidente da Assembleia, a informação solicitada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções do senhor Presidente da Câmara e do Primeiro Secretário da Assembleia e deixou as seguintes notas: -----

- Tem plena confiança nos técnicos da Divisão Financeira e do Serviço de Património da Câmara Municipal de Gavião; -----

- Considera que as sucessivas referências ao assunto do IVA são uma questão de honra. E existem instituições adequadas para se tratar destes assuntos e nos defendermos de acusações infundadas. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos deputados municipais. -----

Não se registando nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

**PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

A senhora segunda-secretária leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 18 de fevereiro de 2016, que apresenta um saldo de 1.070.009,44€ (Operações Orçamentais – 848.213,23€ e Operações de Tesouraria – 221.796,21€). -----

Salientou que a situação financeira do Município é estável e controlada. O que permitirá assumir a contrapartida nacional das candidaturas a Fundos Comunitários. -----

**PONTO DOIS = Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou a importância da CPCJ. Sublinhou a competência dos técnicos que a compõem. Evidenciou que o Relatório tem o formato legalmente definido, prestando informações não confidenciais. No ano de 2015, a CPCJ de Gavião registou um total de 15 processos. Sendo que 7 processos já transitaram de 2014. Neste

momento estão ativos 8 processos. Foi apresentado o número de casos, por problemática, sendo que a Negligência é o problema que se regista com mais frequência. Nas medidas, é o Apoio Junto dos Pais, que mais é aplicado. -----

Referiu ainda que a Assembleia Municipal está representada, na CPCJ, por 4 deputados: António Marques, Manuel Morais, Helena Tapadas e Paulo Serra Santos. Salientou a importância de participarem nas reuniões da Comissão. Informou que há a obrigatoriedade de apresentarem o Certificado de Registo Criminal para o exercício desta representação. E, uma vez que o referido documento tem custos, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para ser a Assembleia Municipal, com o seu Orçamento, a assumir os custos. Referiu também a obrigatoriedade de todos os representantes na CPCJ, indicarem a sua disponibilidade horária mensal para atividades da Comissão. -----

**PONTO TRÊS = Declarações de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

Nos termos da citada legislação, a Assembleia Municipal de Gavião tomou conhecimento que os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2015, registados na base de dados de controlo de execução orçamental da Câmara Municipal de Gavião, assumem os seguintes montantes: -----

Para 2016 – 3.507.480,92€; -----

Para 2017 – 394.747,85€; -----

Para 2018 – 93.383,34€; -----

Para os anos seguintes – 44.660,00€. -----

**PONTO QUATRO = Declarações de pagamentos e recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro de 2015, nos termos da alínea b) do do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

Nos termos da referida legislação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Declaração de Pagamentos em Atraso, da Câmara Municipal de Gavião, à data de 31 de dezembro (não tinha pagamentos em atraso); -----

- Declaração de Recebimentos em Atraso do Serviço de Taxas e Expediente Geral (Divisão Financeira) da Câmara Municipal de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

- Declaração de Recebimentos em Atraso do Serviço de Obras Particulares (Divisão de Obras e Serviços Urbanos) da Câmara Municipal de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

- Declaração de Recebimentos em Atraso do Serviço de Águas (Divisão de Obras e Serviços Urbanos) da Câmara Municipal de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

O senhor deputado Carlos Chambel Lopes salientou que na Declaração de Recebimentos em Atraso do Serviço de Águas deveria constar o valor total em dívida, o que não acontece. Sublinhou também que constam dívidas de 2012, questionando o motivo para esse facto. -----

O senhor Presidente da Câmara reconheceu que deveria constar o total em dívida, em todas as declarações. Admitiu também que constam valores de 2012 e até de anos anteriores, que poderão já ter sido pagas. Tal erro deve-se ao facto de algumas aplicações informáticas não estarem ligadas entre si. Informou que já deu indicações aos serviços municipais para procederem aos necessários acertos. Solicitou também à Jurista, estagiária do Pepal, para analisar a possibilidade estas dívidas prescreverem. Informou, por exemplo que no Serviço de Águas, todos os consumidores estavam em dívida, porque os leitores-cobreadores não tinham ainda procedido à cobrança dos faturas de dezembro, que já tinham sido emitidas. -----

**PONTO CINCO = Listagem dos compromissos assumidos em 2015, que transitaram para 2016, nos termos da autorização prévia genérica favorável da Assembleia Municipal; -----**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos assumidos em 2015, que transitaram para 2016, nos termos da autorização prévia genérica favorável da Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Câmara informou que transitaram 318 compromissos, assumindo o valor de 1.021.268,55€.

O senhor deputado Carlos Chambel Lopes questionou se todos estes compromissos foram liquidados em janeiro.

O senhor Presidente informou que foram compromissos que transitaram para o corrente ano, mas não são dívidas porque ainda não estão faturados.

**PONTO SEIS = Apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;**

**- Manutenção preventiva do elevador da Biblioteca Municipal, por um período de 24 meses, a contratar a Thyssen Krupp Elevadores, SA; despesa prevista para 2016 – 642,06€; 2017 – 856,08€ e 2018 – 214,02€. Aprovado por unanimidade.**

**- Monitor de Natação para as aulas de natação e hidroginástica da Piscina Municipal, por um período de 19 meses, a contratar a João Francisco Silva da Mata; despesa prevista para 2016 – 4.752,00€; 2017 – 9.504,00€ e 2018 – 752,00€. Aprovado por unanimidade.**

O senhor deputado Fábio Gomes pediu ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse por que motivo estão mencionados 19 meses e constam montantes para 3 anos.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o monitor encontra-se neste momento ao serviço da Câmara Municipal de Gavião e quase a terminar o contrato de prestação de serviços. É necessário formalizar contrato para 6 meses de 2016, todo o ano de 2017 e ainda um mês de 2018.

- **Contrato Emprego-Inserção promovido pelo IEFP.** Para 2016 – Bolsa – 7.964,80€, Subsídio de Refeição – 8.113,00€. Em 2017 - Bolsa – 2.096,00€, Subsídio de Refeição – 2.135,00€. Aprovado por unanimidade.

- **Contrato Emprego-Inserção + promovido pelo IEFP.** Para 2016 – Bolsa – 39.825,90€, Subsídio de Refeição – 8.113,00€. Em 2017 - Bolsa – 10.480,50€, Subsídio de Refeição – 2.135,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Acordo de Colaboração a formalizar com a APFLOGAV** para disponibilização de elo técnico para o Gabinete Técnico Florestal, pelo período de 1 ano, (18.115,40€ para 2016 e 3.623,10€ para 2017); aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado municipal Júlio Catarino não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo – se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 69º, do CPA e no n.º 6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PONTO SETE = Diversos.** -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais. -----

A deputada Helena Tapadas apresentou uma sugestão que lhe foi recomendada por um município e que seria a Câmara Municipal de Gavião ter no seu “site” da internet um item com a designação de “Minha Rua”, por exemplo, onde todos os municípios poderiam sinalizar determinadas ocorrências como buracos na rua, falta de iluminação, etc. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que o no “site” do Município está em desenvolvimento, procurando torná-lo mais atrativo, intuitivo e funcional. Essa sugestão será tida em consideração, porque o objetivo é melhorar o serviço que prestamos, o mais possível. -----

O senhor Presidente da Assembleia evidenciou que as novas tecnologias estimulam as pessoas a contribuírem para a qualidade de vida das populações. A sugestão apresentada é pertinente e deve ser considerada. Devendo depois ser definidos os mecanismos de resposta. -----



O senhor Presidente da Câmara informou que foi adjudicada a empresa privada a recolha de resíduos no concelho. A Câmara Municipal tem feito o acompanhamento. Registou com agrado que os três funcionários contratados são residentes no concelho. Informou que o feed-back que temos recebido do serviço prestado é muito positivo. No entanto, pediu aos senhores deputados para estarem atentos e se detetarem algum fator negativo, o transmitam ao senhor Presidente ou aos serviços municipais, porque está a ser elaborado um Caderno de Encargos para Concurso Público de Contratação do Serviço de Recolha de Resíduos e tudo é importante. A empresa contratada atualmente apresentou um relatório em janeiro onde se afirma que a recolha decorre com toda a normalidade. ----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver alertou para a necessidade de se ajustarem os horários de recolha, porque na sua freguesia começam à recolha às 6 horas. Uma vez que as ruas de Belver são muito estreitas e a viatura de recolha não passa, têm de ser os funcionários da Junta a recolher os contentores para as ruas mais largas. Como estes trabalhadores só entram às 8 horas, os contentores têm de ser recolhidos na véspera, com todos os constrangimentos que essa situação causa, porque os cães derrubam os contentores, as ruas ficam sujas, etc. Por exemplo, quando a recolha pela viatura ocorre à segunda-feira, os trabalhadores da Junta, têm de recolher os contentores na sexta-feira, o que traz muitas dificuldades à deposição de resíduos durante os fins-de-semana. -----

O senhor Presidente da Câmara agradeceu a informação prestada e informou que será considerada na elaboração do Caderno de Encargos. Sublinhou que a contratação de uma empresa para este serviço, permite otimizar recursos humanos para outros serviços. -----

A senhora deputada municipal Helena Tapadas questionou em que dias ocorre a recolha de resíduos na freguesia de Comenda. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Comenda informou que a recolha é feita às segundas e sextas-feiras, tal como acontecia antes. ----

O senhor Presidente da Câmara reconheceu que um dos problemas da recolha acontece com os monstros/monos domésticos. Uma vez que as pessoas que se querem ver livres destes resíduos colocam-nos na rua, sem ter em atenção as datas de recolha, previamente definidas. Mas os serviços municipais estão a analisar as hipóteses de solução para o problema. -----

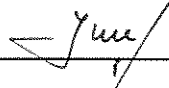
O senhor deputado municipal Manuel Morais questionou se, para além da economia com pessoal, se regista também diminuição da despesa. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que, se considerarmos as despesas com pessoal, manutenção e arranjo de viaturas, a contratação da SUMA, que custará cerca de 10.000,00€ + IVA/mês e foi contratada por um período de 7 meses, é vantajosa. As duas viaturas que são propriedade do Município estão muito envelhecidas e a necessitar de grandes reparações ou aquisição de novas viaturas. Pelo que pensa que esta solução é benéfica para o Município. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia enalteceu o sucesso desportivo do jovem João Soldado, cuja mãe é natural de Gavião. Não é todos os dias que um jovem portador de algumas limitações físicas é Campeão Mundial. O reconhecimento foi obtido na modalidade de Ténis de Mesa, mas o jovem pratica também natação e vela. Podem ser pessoas com alguma diferença, mas que se empenham e esforçam para alcançar os seus objetivos. O desporto faz coisas fantásticas e o João Soldado é um bom exemplo para todos nós. -----


Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezanove horas e quinze minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)